

Entrelaçando tempos de infância e escolarização: a relação entre idade e frequência nas escolas da Região Colonial Italiana do RS de 1875 a 1930

Interweaving times of life and times of school: the relationship between age and attendance in the schools of the Region of Italian Colonization in the state of Rio Grande do Sul, Brazil, from 1875 to 1930

TERCIANE ÂNGELA LUCHESE*



RESUMO – o texto apresenta indícios para pensar a construção dos tempos escolares, especialmente relações entre idade e frequência escolar na Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul (antigas colônias Dona Isabel, Caxias e Conde d’Eu), no período entre 1875 a 1930. Tempos ritualizados pelas cerimônias produzidas pelas comemorações de determinadas datas, o início do ano escolar, o período esperado de permanência na escola – a idade para iniciar e terminar os estudos. Compreender o tempo de infância em relação ao tempo de escola, a partir de fontes historiográficas diversificadas, como relatórios, correspondências, atas, mapas de frequência, cadernos de chamada e fotografias, é o intuito do texto. A referência teórico-metodológica da análise considera os pressupostos da história cultural. Por fim, o texto procura contribuir para o conhecimento da história da educação brasileira, no sentido da organização do tempo escolar, considerando a multiplicidade cultural e étnica do país.

Palavras-chave – tempos; (in)frequência; idade escolar

ABSTRACT – The paper discusses evidences that help to reflect on the construction of the times of school, particularly the relationship between age and attendance in the schools of the region of Italian colonization in the state of Rio Grande do Sul (the old colonies of Dona Isabel, Caxias do Sul and Conde d’Eu) from 1875 to 1930. These times are ritualized by the ceremonies associated to the celebration of particular dates, the beginning of the school year, the expected period of stay at school, the age to start and to finish school education. The paper intends to understand the time of childhood in relation to the period spent at school on the basis of various historiographical sources, such as reports, letters, attendance records, roll call notebooks and photographs. The theoretical-methodological frame of reference includes the assumptions of cultural history. Finally it intends to contribute to the understanding of the history of Brazilian education in terms of the organization of the school time, taking into account the country’s cultural and ethnical multiplicity.

Keywords – times; (lack of) school attendance; school age

“L’ozio è il pare di tutti i vizzi.”¹

(Provérbio)

* Doutora em Educação pela UNISINOS, professora do Programa de Pós-Graduação em Educação, Linha de Pesquisa História e Filosofia da Educação da Universidade de Caxias do Sul (Caxias do Sul, RS, Brasil). E-mail: <taluches@ucs.br>.

Artigo recebido em março de 2011 e aprovado em abril 2011.

INICIANDO...

Cada grupo humano em sua cultura tem uma noção de tempo e organiza-o em conformidade com seus hábitos, costumes, tradições. No dizer de Glezer, o tempo é

[...] cíclico ou linear, presentificado ou projetado para o futuro, estático ou dinâmico, lento ou acelerado, forma de apreensão do real e do relacionamento do indivíduo com o conjunto de seus semelhantes, ponto de partida para a compreensão da relação homem – natureza e homem – sociedade, na perspectiva ocidental (GLEZER, 2002, p. 23).

O tempo da natureza prevalecia sobre o tempo do relógio entre as comunidades de imigrantes que se estabeleceram na Região Colonial Italiana. O tempo e as atividades eram reguladas a partir dos acontecimentos cíclicos da natureza – os períodos de plantio e de colheita, as mudanças de estação do ano, a duração do dia e da noite com o (des)aparecimento do sol e da lua, e mesmo as diferentes fases lunares que regulavam o tempo, entre outras atividades, como a de semear. Na lua crescente semeavam o que florescia, na minguante tubérculos e tudo que crescesse embaixo da terra. No final da primavera (outubro/novembro), plantavam o milho, colhido no início do outono (março/abril). O trigo era semeado ao final do outono (maio/junho) e colhido no final da primavera (fins de novembro, início de dezembro). As videiras eram podadas e amarradas no final do inverno (agosto) e a colheita acontecia no verão (fevereiro, especialmente). A aprendizagem e as necessárias adaptações desses tempos da natureza também foram uma novidade para os imigrantes que vinham do hemisfério norte. A organização do trabalho agrícola ocorria na Região Colonial Italiana inversamente às práticas vividas na terra natal, afinal enquanto na Itália tem o início do inverno, aqui começa o verão.

Foram ritmos de vida marcados pelo tempo da natureza, mas também pelas construções culturais. Uma das dimensões regulatórias do tempo de vida das comunidades de imigrantes era a celebração dos sacramentos religiosos – o batismo, o crisma, o casamento e a extrema-unção, ritos de passagem marcando fases do ciclo de vida. Outros momentos eram fortemente vinculados com a religiosidade: a preservação dos dias santos e a organização de festividades.

Na maioria das comunidades, o som do sino² era elemento organizador das tarefas cotidianas e, também, portador de notícias – o badalar representava situações de vida, de morte e convocava os moradores. O sineiro ou os fabriqueiros da capela eram os responsáveis por badalar o sino às 6, às 12 e às 18 horas em muitas comunidades. Tocava-se o sino para anunciar a missa, novamente na chegada do padre e no início da celebração

religiosa. A notícia de falecimento era portadora de batidas diferenciadas: se fossem 5 ou 6 era uma criança pequena; 8 ou 9, uma criança um pouco maior; 11 batidas era uma mulher; 12, um homem. Esses procedimentos foram artefatos de controle, medição do tempo e também demonstrativos do domínio da Igreja Católica.

O objetivo do presente texto é compreender o tempo de infância em relação ao tempo de frequência escolar, os tempos ritualizados pelas cerimônias, pelas comemorações de determinadas datas, o início do ano escolar, bem como o período esperado de permanência na escola, ou seja, a idade para iniciar e terminar os estudos. Trata-se do resultado parcial da pesquisa “O processo escolar na Região Colonial Italiana, RS: escolas étnico-comunitárias (1875-1938)”, que conta com financiamento da FAPERGS. Como aporte teórico, foi utilizada a História Cultural e, metodologicamente, a análise documental de fontes diversificadas, como relatórios de intendentess, correspondências, livros de chamada, de atas e de exames finais, mapas de frequência e fotografias de escolas públicas da Região Colonial Italiana.

DOS TEMPOS ESCOLARES NEGOCIADOS AOS TEMPOS NORMATIZADOS

No final do século XIX, a maioria das escolas da Região Colonial Italiana do Rio Grande do Sul tinha seu horário de funcionamento estabelecido em conveniência com o que melhor se adaptava ao professor, aos seus alunos e aos costumes locais. Geralmente a jornada escolar perdurava cerca de 3 horas, iniciando às 9 horas e terminando ao meio-dia. O ano letivo não possuía uma baliza determinada para demarcar seu início e fim, ou mesmo o período de recesso ou férias.

Na medida em que a escola pública se institucionaliza, ao longo dos primeiros anos do século XX, as mudanças nas prescrições do tempo escolar começam a especificar e a racionalizar o uso do tempo como um importante elemento de controle e de disciplinamento. Nesse sentido, Viñao Frago é esclarecedor:

Enquanto tempo cultural, ademais, o tempo escolar é uma construção social historicamente cambiante, um produto cultural que implica uma determinada vivência ou experiência temporal. Um tempo que é organizado e construído social e culturalmente como tal tempo específico, apesar que é vivido não só por professores e alunos, como também pelas famílias e a comunidade em seu conjunto, mediante sua inserção e relações com o resto dos ritmos e tempos sociais (VIÑAO FRAGO, 2000, p. 105).

Na infância, os sujeitos que colonizaram a Região Colonial Italiana desempenhavam e assumiam diferentes

responsabilidades sociais. Houve uma confrontação entre o tempo escolar regulamentado oficialmente e o tempo de trabalho destinado às crianças, fossem atividades domésticas ou agrícolas (em especial nas épocas de plantio e colheita).

As famílias, de modo geral, construíram uma racionalidade que distribuía os filhos nas tarefas a serem desempenhadas. O próprio incentivo à permanência nos estudos era dado a um ou, no máximo, dois filhos. Aos demais, bastavam noções rudimentares. Válido lembrar que em famílias numerosas um ou dois filhos também seguiam vida religiosa.

Importante aspecto a ser considerado é o que diz respeito à idade para a frequência escolar. Legislações estabelecendo-a buscavam prescrever e regular os momentos de escolarização. As famílias foram compelidas a enviarem seus filhos à escola a partir de certa idade. No dizer de Gouveia:

O século XIX incorporou os discursos pedagógicos defensores da educabilidade da infância, do papel civilizatório da educação e, no interior dessa reflexão, da definição de um período ideal para a aquisição da instrução elementar. No oitocentos, essa cada vez mais foi compreendida como devendo se realizar nos espaços escolares. Era à criança no período da meninice, compreendida entre os 7 e 14 anos, que foram dirigidos os projetos de instrução pública (GOUVEIA, 2004, p. 275).

A legislação orientava que, a partir dos sete anos, as crianças deveriam frequentar a escola. Porém, nas fotografias e mapas de frequência, é comum a presença de crianças pequenas, com cerca de 4, 5 anos, matriculadas e

frequentando as primeiras letras. Talvez fosse o caso dos pais que enviavam os filhos mais velhos, e solicitavam a liberação da matrícula também dos menores para que esses fossem construindo o gosto pela escola. É provável que a motivação mais forte, porém, fosse que, antecipando a idade escolar, estariam “adiantando” também o seu final e, assim, a idade para o trabalho. Bem registrou Gasperin em suas memórias que

De manhã iam à escola e de tarde na lavoura. Saturnino (seu irmão), já com dez anos, tinha condições de trabalhar o dia inteiro na lavoura. Mamãe, quando papai não estava em casa, mandava-o à escola só durante uma hora, pela manhã. Em acordo com a professora, esta só lhe tomava a lição e corrigia os temas. Passava-lhe outra lição e outros temas. De noite, mamãe o ajudava onde ele não sabia. Ela ensinava também os quatro mais velhos, quando lhe sobrava tempo. Todos sabiam ler e escrever, mas não sei se sabiam bem fazer as contas (GASPERIN, 1984, p. 112).

O tempo era dividido em etapas a serem cumpridas num movimento progressivo, continuado, medido e quantificado. Os pulsares do ritmo escolar organizavam o tempo e disciplinavam os corpos infantis. Na convivência e na relação com o outro, processava-se a estruturação de noções do tempo, produzidas de forma gradual, de acordo com as interações e aquisições de cada indivíduo. Na cadência do tempo escolar ocorreu uma mudança nos hábitos e costumes, pois os imigrantes e seus descendentes passaram a constituir um vínculo entre infância e o tempo determinado de frequência escolar.

Os dados sobre a frequência escolar na Região Colonial Italiana estão na Tabela 1.

Tabela 1 – Relação de matrículas e frequência escolar no município de Caxias do Sul, conforme as diferentes iniciativas.

Ano	Estaduais		Colégio Elementar		Municipais subvencionadas pelo Estado		Municipais		Particulares auxiliadas pelo município		Particulares confessionais	
	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.	Matr.	Freq.
1914	1004	672	264	202	1026	785	460	329	446	310	681	515
1915	1029	718	237	180	951	663	769	581	135	119	676	524
1916	682	485	265	202	897	601	936	683	-	-	709	562
1917	682	485	256	182	906	657	992	685	-	-	709	562
1919	543	451	-	-	872	649	1557	1149	-	-	-	-
1925	486	357	355	318	-	-	2806	2158	-	-	1422	1107
1926	617	457	356	265	-	-	2896	2258	722	668	831	738
1927	536	346	340	285	-	-	3002	2171	492	432	1084	1002
1929	617	384	553	352	977	717	2053	1606	-	-	-	-

Fonte: Relatórios dos Intendentes Municipais de Caxias do Sul.

No município de Caxias do Sul foi possível organizar a relação de matrícula e frequência a partir das diferentes iniciativas escolares. Quando comparadas, permitem considerar que os índices de frequência entre os alunos matriculados nas escolas particulares confessionais foram crescentes, alcançando, em 1927, um percentual de 92,43%. No caso das escolas municipais, a variação dos percentuais está entre 71,52% em 1914 e 78,22% em 1929. No caso do Colégio Elementar é perceptível o aumento nas matrículas, que praticamente dobra no período apresentado, evoluindo de 264 em 1914 para 553 em 1929. Porém, a frequência oscila entre 76,51% em 1914 e 63,65% em 1929.

Os dados de matrícula e sua relação com a frequência de uma forma geral estão na Tabela 2.

Tabela 2 – Relação de matrículas e frequência escolar no município de Caxias do Sul³

Ano	Matrícula	Frequência	% Frequência
1914	3881	2813	72,48%
1915	3797	2785	73,34%
1916	3489	2533	72,59%
1917	2972	2571	86,50%
1919	2972	2249	75,67%
1923	3668	2912	79,38%
1925	5069	3940	77,72%
1926	5422	4386	80,89%
1927	5002	4351	86,98%
1929	4200	3059	72,83%

Fonte: Relatórios dos Intendentes Municipais de Caxias do Sul. AHMSA.

A média geral da frequência, no período em que foi possível encontrar dados disponíveis, no município de Caxias do Sul, foi de 77,83%. Válido considerar que os problemas maiores de frequência eram nas zonas rurais. Uma das preocupações recorrentes entre aqueles que acreditavam ser a escola o espaço ideal de sociabilidade, de educabilidade para a infância, os discursos em torno da necessidade de expandir-se a consciência de frequência e permanência das crianças na escola foi uma realidade. Penna de Moraes, enquanto inspetor regional, já em 1897, observava:

Os professores em geral queixam-se da falta de assiduidade dos alunos em frequentar as aulas, o que incontestavelmente torna o ensino improdutivo, privando também o mestre de apresentar o resultado de seu labor no correr do ano, quer nos exames finais, quer nas visitas do inspetor... temos procurado também por meio da propaganda eliminar esse desvantajoso hábito, fazendo ver aos chefes de família os graves inconvenientes, já por intermédio dos próprios professores, já chamando para esse ponto a esclarecida atenção dos dignos cidadãos que constituem os Conselhos.⁴

Se, em Caxias do Sul, no ano de 1914, o total de matriculados era de 3881 crianças, o Intendente Penna de Moraes, em seu relatório, acrescentava que 63,38% das crianças em idade escolar estavam inscritas em alguma escola:

A instrução elementar do município é ministrada do seguinte modo: pelo Colégio Elementar, por 18 escolas públicas estaduais, 44 municipais e por 4 colégios particulares a cargo de congregações religiosas. A matrícula total é de 3881 alunos e a frequência de 2813. Atinge a cerca de 63,38% sobre o total da população infantil deste município, entre 7 e 15 anos, conforme o recenseamento geral efetuado em setembro de 1913.⁵

Celeste Gobbato, em 1925, expôs a situação da frequência problematizando e reconhecendo que a mesma era prejudicada pelos trabalhos agrícolas cumpridos por muitas crianças. Argumentou em favor das mudanças no calendário escolar que ele promovera para amainar a problemática:

Relativamente ao período de férias, cumpre cientificar-vos das alterações feitas nas mesmas. A faina rural agrícola em determinadas épocas é o grande fator do retraimento da frequência nas escolas. Eliminá-lo de todo se nos afigura impossível e até certo ponto nefasto. Se o menor retirado da escola durante os períodos de trabalho na colônia sofre o prejuízo da falta de instrução de letras, temporariamente, aproveita a prática salutar aos trabalhos da terra, não ficando completamente alheio aos mesmos e até afeiçoando-se. Isto posto, foi mister organizar as férias no período compreendido entre 15 de novembro e 2 de janeiro e mais quinze dias no mês de março, para os trabalhos de vindima, na primeira ou segunda quinzena do mês, de acordo com a oportunidade desse trabalho, variável de ano para ano e de local para local.⁶

Gobbato entendia ser salutar o trabalho agrícola por parte dos jovens, não apenas junto às suas famílias, mas “criando campos agrícolas junto às escolas”,⁷ já que estes permitiriam a divulgação de conhecimentos considerados pelo Intendente fundamentais para a qualificação e aumento da produção naquele município. Não seria demais lembrar que Gobbato era um estudioso, possuindo desde sua formação conhecimentos e prática no ensino de agricultura. Nesse mesmo sentido, já no relatório de 1915, o também Intendente José Penna de Moraes havia registrado “a prosperidade, se em sua máxima parte depende da elevação do nível intelectual de nossas populações infantis, não menos necessária lhe é a disciplina da atividade prática de nossos jovens compatriotas, mediante a difusão do ensino técnico e profissional”.⁸

Entre as diversas medidas tomadas para aumentar a assiduidade escolar, uma estratégia utilizada em Caxias do Sul foi interessante e, talvez, antecipe algumas das medidas mais recentes de incentivo à frequência escolar, exemplo do “Bolsa Escola”. Em 1926, o Intendente Gobbato, pela Lei 61, artigo 3º, parágrafo 20, instituiu uma gratificação para cada chefe de família, na razão de 5\$000 réis por filho que fosse mantido matriculado nas escolas municipais, dentro das condições regulamentares. Avaliou Gobbato que “esse estímulo louvável ocasionou aumento considerável na frequência [...]”.⁹ Por parte dos professores, a iniciativa foi considerada válida, conforme relatou o professor João Simon:

Forqueta, 12 de novembro de 1926.

Ilmo Sr. Inspetor Escolar

Conforme as ordens recebidas na inspetoria escolar apresento a V. S. o resumo das faltas havidas em minha aula durante o ano corrente. *Neste mês não houve faltas ainda e como os alunos me afirmaram hoje não querem faltar nenhuma vez até o dia do exame. As medidas tomadas pela administração municipal têm dado bons resultados, pois aumentou a frequência consideravelmente*, assim, tenho alunos que não faltaram nenhuma vez, e outros, que moram 4 quilômetros longe, tiveram somente 26 faltas; são estes que figuram geralmente ano por ano com 80 – 100 faltas. Queira V. S. aceitar a segurança que continuo a ser de V. S. atento e humilde servidor. João Simon, professor.¹⁰ [grifos meus].

Vale retomar que a problemática da frequência poderia ser vista sob o aspecto da continuidade na escolarização. Três anos em média era o tempo de permanência na escola da maioria dos alunos. Poucos eram aqueles que a frequentavam com idade superior a 13, 14 anos. As listas de chamadas e as próprias estatísticas apresentadas nos relatórios dos Intendentes denotam a situação. De toda a forma, em 1926, Celeste Gobbato comemorava em seu relatório anual a cifra de 80% de frequência estudantil e registrava:

O interesse que os chefes de família tomam pelas escolas onde educam os filhos, as contínuas notícias que nos fornecem respectivamente a essas escolas, não esquecendo os menores detalhes, além do inestimável benefício que trazem à inspetoria escolar, revelam o índice de compreensão a que chegaram os pais, respectivamente à necessidade de instrução, sem o apregoado ensino obrigatório, compressor da liberdade e atentatórios do pátrio poder.¹¹

Celeste Gobbato posicionava-se contra a obrigatoriedade escolar, defendendo que a mesma infringia o direito de escolha dos pais. A temática da obrigatoriedade foi assunto muito discutido no século XIX e início

do XX, mas em consonância com os pressupostos positivistas de liberdade,¹² Gobbato expressava que os pais deveriam sentir-se livres para a escolha. Em 1927, na mesma perspectiva, também registrou:

Conquanto a matrícula não tenha aumentado, pois como nos referimos em relatórios anteriores, 80% da população escolar frequenta as escolas, o que é difícil de superar, ainda assim foi preciso criar novas escolas. Antes, as escolas se localizavam onde se fizessem indispensáveis; agora as novas escolas estão apenas reduzindo as distâncias e trazendo comodidade para os educandos. Dessa forma, o aumento da frequência é corolário além das vantagens que decorrem para o ensino com a diminuição da matrícula exagerada em algumas escolas.¹³

Portanto, os índices de frequência escolar foram motivo de discussão para as autoridades, já que a escola seria o elemento portador de muitos pressupostos caros para a sociabilidade e educabilidade da infância e na formação da “nação brasileira”. Em se tratando de frequência nos demais municípios, foi possível encontrar os dados que seguem em relação a Bento Gonçalves:

Tabela 3 – Relação de matrículas e frequência escolar no município de Bento Gonçalves

Ano	Matrículas	Frequência	% Frequência
1913	1223	1046	85,52%
1914	1854	1344	71,95%
1916	2028	1134	55,91%
1918	2223	1787	80,38%
1926	2058	1660	80,66%
1928	2199	1770	80,49%

Fonte: Relatórios apresentados ao Conselho Municipal pelo Intendente.

A frequência média apresentada pelas estatísticas da Intendência era de 75,81%, o que não era considerado um problema pelo Intendente Carvalho Júnior, à frente da administração municipal por 32 anos. Abaixo a manifestação do Intendente sobre a situação:

Nº 125 – 17/10/1916. Ilmo Sr. Dr. Protásio Alves, D. Secretário de Estado dos Negócios do Interior e Exterior – Porto Alegre. Tenho a honra de incluso remeter-vos o quadro estatístico das aulas públicas deste município subvencionadas pelo Governo *como se deduz do incluso quadro, por motivo de se acharem as crianças ocupadas nas lavouras e plantações, tomo a liberdade de consultar-vos se posso determinar que os exames se efetuem no próximo mês de novembro*, recomendo as aulas em princípio de janeiro. Aguardando vossa contestação sirvo-me desta para reassegurar-vos os meus protestos de alto apreço e consideração. Saúde e fraternidade. Antônio Joaquim Marques de Carvalho Júnior.¹⁴ [grifos meus]

Carvalho Júnior anunciava apenas a necessidade de expandir a quantidade de escolas para tornar possível a frequência, mesmo para aquelas crianças que viviam em locais mais distantes. Mas foi o professor, diretor do Colégio Elementar e também inspetor de ensino, Ângelo Roman Ros, que sintetizou, em 1927, o que acreditava ser ele a maior necessidade para o ensino progredir:

Convém aqui consignar uma observação aos senhores pais de família e ao povo em geral sem vislumbre de ofender a quem quer que seja, que a Instrução e Educação da Juventude, fonte única e inesgotável de toda a civilização e progresso humano, por isso que muito complexa, depende de diversos fatores.

Não é bastante a idoneidade do professor: isto é, que ele tenha todos os conhecimentos científicos necessários, a vocação ou amor ao ensino e às crianças; é absolutamente necessária a cooperação da família.

Esta deve usar de todos os meios ao seu alcance para despertar no filho o amor à escola, o respeito ao professor, qual segundo pai, o que aliás muitas famílias fazem.

O povo em geral deve fazer todo o empenho para elevar no conceito da juventude as vantagens da Instrução, concitando-a a não temer fadigas, porque larga será a recompensa de seu trabalho.¹⁵

Com um registro eloquente sobre a importância da educação escolar, Roman Ros chamava a família à responsabilidade (e reconhecia que muitas já o faziam), a ensinar o valor da instrução escolar, do empenho, do respeito aos professores e, com isso, manter-se assíduo. No entanto, a problemática da não frequência, em virtude do trabalho infantil, parece ter persistido inclusive por que se defrontaram concepções culturais de educação, já que, para os pais, o auxílio dos filhos era educativo e formativo. Registrou Odorico Carvalho, em seu Termo de Inspeção, em 1929:

Aos vinte dias do mês de março de 1929, às 10h30min da manhã visitei a 1ª aula subvencionada, sita na Linha Eulália, 1º Distrito deste município e regida pela professora Ordália Leite, encontrando-a funcionando com a frequência de 21 alunos sendo 11 do sexo masculino e 10 do feminino, com a matrícula de 37, faltando 16 alunos; devido a colheita da uva o número de alunos nestes poucos dias tem sido reduzido. Bento Gonçalves, Eulália, 20 de março de 1929. Odorico Carvalho, Inspetor Escolar.¹⁶ [grifos meus]

Já Azevedo, em seu estudo, considerara que

[...] a participação das crianças e dos adolescentes nas tarefas agrícolas determina uma tolerância da escola nos horários de entrada e saída, encurtando o tempo das aulas e provoca, obviamente, uma diminuição da frequência no período das safras, notadamente da uva (AZEVEDO, 1975, p. 190).

Atas, cartas e registros de inspetores, professores e intendentes versando sobre a infrequência são diversos. Os próprios professores ressentiam-se quanto à diminuição na frequência, já que as escolas poderiam ser fechadas. Junto à questão do trabalho, deve-se considerar as distâncias que precisavam ser percorridas a pé ou a cavalo para chegar-se às escolas (em locais de relevo íngreme), o custo de manutenção dos inúmeros filhos, bem como as “dificuldades de aprendizagem”.

Outras formas de ação, menos diretas, mas também importantes, de “convencimento” acerca da importância da escola e da assiduidade, foram os inúmeros discursos produzidos nesse sentido. Os momentos mais recorrentes foram os de exame final. A seguir, parte de uma das atas para exemplificar:

Ata geral dos exames da 10ª aula subvencionada pelo Estado, da linha Alcântara, nº 50 do 6º Distrito de Bento Gonçalves, sob minha regência. Aos 3 dias do mês de novembro de 1927, pelas 8 horas da manhã perante a comissão examinadora [...]. Uma aluna de improviso pediu a palavra e em termos comoventes discursou agradecendo e despedindo-se de sua professora ao retirar-se desta aula por ser já de maior idade e que transmitia em agradecimento à sua querida professora pelos esforços e dedicação dispensados não só a ela como também a todos os seus colegas. A comissão vendo o procedimento correto desta aluna, felicitou-a bem como à professora. *O Sr. Subintendente usando da palavra, pediu em nome de seu chefe que para o ano futuro os pais dessas crianças não só privassem de frequentarem a aula e considerava uma grande falta de seus pais fazerem os seus filhos abandonarem a escola pelos trabalhos das roças, pois isso é considerado quase que um crime.* Nada mais havendo a constar, a comissão deu por encerrado os exames [...].¹⁷ [grifos meus]

Em se tratando de Garibaldi, os dados encontrados referem-se a um período de tempo menor. A média de frequência é um pouco mais elevada, com um percentual de 87,91%. Sabe-se que seria necessário um período mais longo de amostragem para que se percebesse a manutenção ou a diferenciação desses dados, o que, pela ausência de fontes, não foi possível.

Tabela 4 – Relação de matrículas e frequência escolar no município de Garibaldi

Ano	Matrículas	Frequência	% Frequência
1917	950	884	93
1918	1174	1046	89,09
1919	1038	823	79,28
1920	1152	1040	90,27

Fonte: Relatórios apresentados ao Conselho Municipal pelo Intendente.

Considerando os indícios das listas de chamada encontradas, atas de exames, termos de inspeção e relatórios diversos, algumas sinalizações são relevantes: o número de meninas matriculadas em geral era menor, mas não havia diferenciações quanto à frequência média. Os alunos mais velhos eram os que mais faltavam às aulas e, na possibilidade de comparar listagens em anos seguidos, percebe-se que a grande maioria dos alunos não permanecia por mais de três anos consecutivos nas escolas. De toda forma, a média de idade com que as crianças ingressavam na escola era anterior à prescrita e, em geral, bem antes dos 14 anos, a deixavam. O período estabelecido para frequentar as aulas foi uma construção social que se operou nas práticas de prescrição e cobrança para sua realização.¹⁸

FINALIZANDO...

Não eram poucas as crianças que iam até a escola de pés descalços, enfrentando o frio, a geada, a chuva, percorrendo a pé (ou a cavalo) longas distâncias. Não havia comodidades. Pelo contrário, algumas delas precisavam cumprir tarefas domésticas antes de irem para a escola e muitos foram os que deixaram de estudar para auxiliarem os pais na “lida” da roça. Os que conseguiam frequentar alguns anos de escola seguiam para a mesma carregando numa pequena bolsa de tecido os parques materiais de estudo: a “pedra”, a pena e, por vezes, o lanche.

A cadência do tempo escolar foi marcada pela frequência escolar – constante, diária, respeitando horários de entrada e saída, uma rotina que mobilizava o conjunto familiar impondo horários e sequências. A escola, como produtora e transformadora de diferentes infâncias, produziu uma idade escolar e aos poucos demarcou o seu espaço na relação com outras instituições – quais sejam, a família e a Igreja.

A separação por sexos na escola, frequente nos primeiros anos de colonização e característica da educação brasileira oitocentista, foi progressivamente diminuindo. As escolas confessionais foram as que mantiveram maior exclusividade no atendimento de meninos ou meninas. Já as escolas públicas, ao longo dos primeiros anos do século XX, progressivamente tornaram-se todas mistas.¹⁹

Na medida em que a escola se institucionaliza e passa a ser controlada pelo Estado e pela Igreja (no caso das escolas confessionais), vai, lentamente, impondo seu tempo e seu ritmo. Demarca o tempo de permanência nas aulas durante o período do dia, e quantos dias ao longo do ano. Tempos escolares são diversos, plurais e ritualizados.²⁰ A chegada e o início da aula, o tempo do intervalo, o horário da leitura, o disciplinamento dos corpos pela postura, pela fila, pelo silêncio, pelos castigos... Tempos ritualizados pelas cerimônias e representações produzidas

pelas comemorações de determinadas datas, o início do ano escolar, o tempo esperado de permanência na escola – a idade para iniciar e terminar os estudos. Era o tempo de estar na escola numa relação com o tempo de infância.

REFERÊNCIAS

AZEVEDO, Thales de. **Italianos e gaúchos**: os anos pioneiros da colonização italiana no Rio Grande do Sul. Porto Alegre: A Nação; Instituto Estadual do Livro, 1975.

CORSETTI, Berenice. Controle e ufanismo – a escola pública no Rio Grande do Sul (1889 / 1930). **História da Educação**, ASPHE, v. 2, n. 4, set. 1998.

GASPERIN, Alice. **Vão simhora**: relato de imigrantes italianos da Colônia Princesa Dona Isabel do Rio Grande do Sul. Porto Alegre: EST; Caxias do Sul: EDUCS, 1984.

_____. **Farroupilha**: ex-Colônia Particular Sertorina. Caxias do Sul: Ed. do autor, 1989.

GLEZER, Raquel. Tempo e história. **Ciência e Cultura**, v. 54, n. 2, out./dez. 2002.

GOUVEIA, Maria Cristina Soares de. Tempos de aprender: a produção histórica da idade escolar. **Revista Brasileira de História da Educação**, Campinas, Autores Associados, SBHE, n. 8, jul./dez. 2004.

VIÑAO FRAGO, Antonio. Tiempo, historia y educación. **Revista Complutense de Educación**, v. 5, n. 2, p. 9-45, 1994.

_____. Historia de la educación e historia cultural – posibilidades, problemas, cuestiones. **Revista Brasileira de Educação**, São Paulo, n. 0, set./dez. 1995.

_____. El espacio y el tiempo escolares como objeto histórico. **Contemporaneidade e Educação**, ano 5, n. 7, 1 sem. 2000.

NOTAS

¹ Traduzindo: “O ócio é o pai de todos os vícios”. Este e outros provérbios foram registrados pela professora Alice Gasperin em suas memórias. O sentido está no aproveitamento máximo do tempo para o trabalho, tornando a vida produtiva e inserindo a perspectiva de que o mesmo é educativo (inclusive as tarefas desenvolvidas pelas crianças).

² Inicialmente, em algumas comunidades o som era produzido pelo corno (chifre) bovino.

³ Os quadros estatísticos foram elaborados considerando os dados apresentados nos relatórios dos Intendentes, mas foi possível localizar, por exemplo, dados apresentados pelo Inspetor e/ou Presidente do Conselho Escolar que divergiam com os da Intendência. De toda forma, optou-se por utilizar aqueles apresentados nos relatórios.

⁴ Relatório do Inspetor Regional da 4ª Região Escolar, José Penna de Moraes, em 16/12/1897, no relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 30/07/1898, p. 538 e 539, apud CORSETTI, 1998, p. 410.

⁵ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias a 15 de novembro de 1914, pelo intendente Coronel José Penna de Moraes. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI.

⁶ Relatório do município de Caxias do Sul correspondente ao período administrativo decorrido de 12 de outubro de 1924 a 31 de dezembro de 1925, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato, 1926, p. 53. Fundo Correspondências das Intendências Municipais do RS, AM.3 – 026. ARQUIVO HISTÓRICO DO RIO GRANDE DO SUL.

⁷ Id. *Ibidem*, p. 50.

⁸ Relatório apresentado ao Conselho Municipal de Caxias, a 15 de novembro de 1914 pelo Intendente Cel. Jose Penna de Moraes. Caxias: Typografia Popular, Mendes & Filho, 1915. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI.

- ⁹ Relatório correspondente ao período de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente, Dr. Celeste Gobbato. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI.
- ¹⁰ Correspondências. Fundo Educação e Cultura. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI.
- ¹¹ Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1926, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Caxias: Livraria Mendes, 1928. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL JOÃO SPADARI ADAMI.
- ¹² A Constituição de 1891 expressou em seu artigo 71, parágrafo 10, que: “Será leigo, livre e gratuito o ensino primário ministrado nos estabelecimentos do Estado”.
- ¹³ Relatório correspondente ao período administrativo decorrido de 1º de janeiro a 31 de dezembro de 1927, apresentado ao Conselho Municipal pelo Intendente Dr. Celeste Gobbato. Caxias: Livraria Mendes, 1928.
- ¹⁴ Correspondências. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL BENTO GONÇALVES.
- ¹⁵ Ângelo Roman Ros, dezembro de 1927. In: I Municipi della colonia italiana nello stato di Rio Grande do Sul (Brasile) – Bento Gonçalves, 1924/1928.
- ¹⁶ Livro de atas da 1ª aula subvencionada sita à Linha Eulália, 1º Distrito – 1928. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL BENTO GONÇALVES.
- ¹⁷ Livro de registro de atas da 10ª aula subvencionada pelo Estado – 1925. ARQUIVO HISTÓRICO MUNICIPAL BENTO GONÇALVES.
- ¹⁸ O uso de dispositivos legais, de portarias e circulares que regulavam o tempo de estar na escola foi frequente. Veja-se: “Portaria. O Secretario de Estado dos Negócios do Interior e Exterior recomenda ao Sr. Presidente do Conselho Escolar que faça observar fiel e rigorosamente o horário marcado às escolas públicas. A autoridade escolar considerará, para todos os efeitos, como tendo faltado ao serviço durante o dia, o professor que não estiver funcionando às horas regulamentares ou encerrar o expediente da escola antes do tempo determinado no horário. Não pode efetivamente um professor cumpridor de seus deveres, que ensina a várias classes nas quais as crianças não tem conhecimentos uniformes, gastar no trabalho menos tempo do que o exigido. Protásio Alves”. ARQUIVO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE MONTENEGRO.
- ¹⁹ Em 1929, o Professor Julio Lebrun, Chefe da Seção Administrativa da Diretoria da Instrução Pública, afirmava que: “[...] De acordo com os mais recentes preceitos pedagógicos, que ligam estreitamente a educação à instrução, todas as aulas foram declaradas mistas: o menino vê na menina uma companheira a quem deve respeitar.” Relatório da Secretaria do Interior e Exterior de 28/08/1929, p. 130, apud CORSETTI, 1998, p. 497.
- ²⁰ Conforme Viñao Frago: “El tiempo escolar, como el de la historia, es diverso y plural. Es, además, una construcción cultural y pedagógica, un ‘hecho cultural’” (VIÑAO FRAGO, 1994, p. 31).